

SUMÁRIO EXECUTIVO

AVALIAÇÃO DO PROJETO CRIANÇA SAUDÁVEL, EDUCAÇÃO DEZ PROGRAMA DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR

Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação -
Fundação de Desenvolvimento da Universidade
Estadual de Campinas (FUNCAMP/UNICAMP)
Brasília, julho de 2006 a maio de 2007

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

Sumário Executivo

AValiação DO PROJETO Criança Saudável, Educação DEZ Programa DE Educação Alimentar

1. Apresentação

Com o objetivo de avaliar um projeto de educação alimentar e nutricional chamado “Criança Saudável, Educação Dez” implementado em 2005, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O projeto constou do envio de kits educativos sobre educação alimentar, contendo cartilhas e manual para o professor, a 140 mil escolas da rede pública de ensino fundamental do Brasil, para serem utilizado em sala de aula pelos professores.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vem desenvolvendo ações de promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)¹ da população. O conceito de SAN pressupõe, mais que equacionar o problema da fome, garantir a todos, condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, com base em práticas alimentares saudáveis.

A promoção da saúde no âmbito escolar parte de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, à medida que considera as pessoas em seu contexto familiar, comunitário e social. Esta abordagem procura desenvolver conhecimentos, habilidades e destrezas para o autocuidado da saúde e a prevenção das condutas de risco; fomenta uma análise crítica e reflexiva sobre os valores, condutas, condições sociais e estilos de vida, buscando fortalecer tudo aquilo que contribui para melhoria da saúde e do desenvolvimento humano; facilita a participação de todos os integrantes da comunidade educativa na tomada de decisões, colabora na promoção de relações socialmente igualitárias entre as pessoas, na construção da cidadania e democracia, e reforça a solidariedade, o espírito de comunidade e os direitos humanos .

As atividades educativas em nutrição podem e devem ser utilizadas como um importante instrumento no sentido de provocar o diálogo com a comunidade escolar, contando com a participação de alunos, pais, professores, merendeiras,

1 Segundo a lei 11.346/06 a Segurança Alimentar e Nutricional consiste na “ realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam, social, econômica e ambientalmente sustentáveis”

funcionários e diretores sobre fatores que influenciam suas práticas alimentares diárias, fatores determinantes de práticas alimentares, cuidados de higiene pessoal e ambiental, fatores que influem na produção, distribuição e acesso aos alimentos, cuidados no preparo e conservação de alimentos e propostas para uma alimentação de melhor qualidade. Devem, ainda, criar um ambiente favorável à aprendizagem, enquanto processo social e permanente, para que todos aqueles que exercem suas atividades no cenário escolar possam conduzir sua alimentação em busca de uma vida mais saudável .

Essa pesquisa tem como objetivo avaliar a eficácia do projeto “Criança saudável – Educação dez”, em termos de distribuição, conteúdo e efetiva utilização do material do projeto, incluindo caderno do professor e cartilhas.

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação (NEPA) foi selecionado para fazer essa avaliação no âmbito da cooperação técnica internacional apoio à implementação e ao alcance dos resultados do Programa Fome Zero, com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

2. Metodologia

A avaliação incluiu um componente quantitativo, com entrevistas com diretores e professores, e um componente qualitativo, com redações pelos alunos de 4º ou 5º séries dessas escolas.

Com base em informações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) foi sorteada uma amostra de escolas em 104 municípios, usando estratificação implícita número total de alunos matriculados no ensino fundamental. Dessa maneira foi possível garantir que a probabilidade de um município ser incluído na amostra, seria proporcional ao total de alunos matriculados.

Antecedendo o início do trabalho de campo, foram encaminhadas correspondências informativas referentes à pesquisa “Avaliação do projeto criança saudável, educação-dez – Programa de educação alimentar”, para os 27 Secretários Estaduais de Educação de todo o país, para os 104 Prefeitos e 546 Diretores das unidades escolares, dos municípios sorteados para integrar a amostra.

Entrevistadores treinados pela equipe responsável foram a 292 escolas em 104 municípios no país e entrevistaram diretores e professores que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para esta entrevista foi utilizado um formulário com questões fechadas e abertas. O trabalho de campo dessa etapa foi desenvolvido de 11 de setembro a 23 de novembro de 2006. Do total de 546 correspondências encaminhadas aos diretores das unidades escolares sorteadas (que incluíram as três unidades escolares adicionais para o caso de possível substituição), 50,91% encaminharam as respostas solicitadas. O tempo médio entre

a finalização das entrevistas nas unidades escolares de todo o país e o recebimento dos formulários pelo NEPA foi de 14 dias.

Entrevistaram-se 1.071 professores, sendo 10,18% da região Centro-oeste, 15,41% da região Norte, 17,74% da região Sul, 22,41% da região Sudeste e 34,27% da região Nordeste.

Aos alunos das 4 ou 5 séries das unidades escolares integrantes da amostra foi solicitada a elaboração de uma redação sobre o tema “Meu último almoço: ele foi bom para minha saúde?”. Das 6154 redações pelos alunos, temos 994 da região Norte, 2144 do Nordeste, 660 do Centro-Oeste, 1419 da região Sudeste e 937 do Sul.

Os formulários preenchidos e as redações foram remetidos ao NEPA. Os dados foram digitados e analisados na Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz por meio de recursos estatísticos pertinentes. As respostas registradas para as questões abertas e as redações foram analisadas por meio de técnica apropriada a estudos qualitativos.

Na folha de rosto do formulário só constou o logotipo da UNICAMP e da FAO. O logotipo que identifica os contratantes imediatos MDS/Governo Federal não apareceu a fim de evitar vieses na avaliação por parte dos entrevistados, sobretudo por tratar-se de ano eleitoral. Esperava-se, com isso, desvincular a apreciação do recurso didático submetido à avaliação por meio da pesquisa, da eventual disposição do entrevistado de manifestar-se de forma tendenciosa a um programa governamental. As informações pessoais coletadas e o nome dos estabelecimentos não foram divulgados.

3. Resultados

Das 292 unidades escolares sorteadas para integrar a amostra, 66,44% são municipais, 29,79% são estaduais e 3,77% não responderam sobre a sua vinculação ao tipo de rede. Desse total de unidades, 31,51% estão situadas em áreas rurais e 68,49%, localizadas em áreas urbanas (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição das unidades escolares, segundo situação (rurais e urbanas), por Grandes Regiões (Brasil, 2006).

Região	Escolas Urbanas		Escolas Rurais		Total	
	n	%	n	%	n	%
Norte	12	13,04	33	16,50	45	15,41
Nordeste	39	42,39	59	29,50	98	33,56
Centro-Oeste	8	8,70	23	11,50	31	10,62
Sudeste	17	18,48	47	23,50	64	21,92
Sul	16	17,39	38	19,00	54	18,49
Total	92	100	200	100	292	100

Conforme informação dos diretores, a grande maioria das unidades escolares (90,75%) recebeu o material educativo, o que permite afirmar que o envio foi bem sucedido.

A maioria dos professores (68,44%) referiu ter utilizado o material e, destes, 77,06% não encontraram dificuldade na sua utilização. Há, contudo, uma diferença importante entre os percentuais de professores que analisaram as cartilhas (81,61%) e o Caderno do Professor (45,75%). O Caderno do Professor não chegou às mãos da maioria dos professores.

O percentual de professores que respondeu à questão aberta sobre sua primeira reação ao tomar contato com o material, considerou o material “interessante”, sem associá-lo ao ensino de temas relacionados à alimentação (60,8%), sendo significativamente maior do que o de professores que fizeram essa associação (12,2%). Considerando que as principais atividades realizadas com o material foram tarefas comuns de sala de aula (leitura, produção de texto e trabalhos manuais), possivelmente os professores que não fizeram essa associação encontraram menos dificuldade para o uso do que aqueles que reconheceram nas cartilhas um material específico para projetos de alimentação. Neste último caso, o uso do Caderno do Professor seria indispensável, mas a maioria dos professores não teve acesso a ele. Ressalta-se que, perante a generalizada carência de recursos, o recebimento de qualquer material é sempre bem-vindo.

Apesar de a maioria dos professores não ter, no primeiro momento, associado o material educativo à alimentação, cerca de um terço tanto de gestores quanto de diretores, apontou mudanças de comportamento dos alunos em relação à alimentação, consideradas de forma ampla (âmbito cognitivo, afetivo e da ação).

A grande maioria (82,16%) dos professores, que informou a reação dos alunos, fez referências positivas com ênfase nos personagens e na forma de histórias em quadrinhos. O “Sítio do Pica-Pau Amarelo” foi muito bem recebido pela grande maioria dos sujeitos, porém o contexto das histórias de Monteiro Lobato reflete uma realidade e uma cultura da região Sudeste apenas.

De maneira geral os gestores e professores elogiaram o material, destacando como características positivas o fato de ser informativo e lúdico. Dentre os aspectos específicos avaliados, o que teve percentuais mais elevados de aprovação foi o item “personagens”. .. Entretanto, as características dos personagens originais foram substituídas por outras não “lobatianas” e, em certas situações, o uso das imagens pode gerar interpretações inadequadas, quando diferentes povos são representados por figuras humanas ou animais.

As críticas apareceram em percentuais baixos, mas concentraram-se sobre: inadequação a algumas regiões do país (especialmente o Norte), inadequação às

primeiras séries, falta de orientação sobre uso (visto que muitos não tiveram acesso ao Caderno do Professor) e falta de uma carta de encaminhamento explicativa.

A utilização do material concentrou-se na iniciativa individual dos professores. Dos gestores das unidades escolares que receberam o material, 55,47% afirmaram que não foi desenvolvida qualquer atividade educativa por iniciativa da escola a partir do material do projeto. O percentual de professores que deu a mesma resposta foi muito semelhante, 56,02%, indicando consistência nos dados.

As redações representam um diagnóstico dos diferentes significados atribuídos à alimentação nas diversas regiões. Indiretamente servem como avaliação do material, na medida em que o tratamento dado pelos alunos a alguns temas revela abordagens inadequadas em sala de aula, por despreparo dos professores em alguns assuntos, especialmente aqueles relacionados a patologias.

O resultado de aprendizado dos conteúdos das cartilhas de 2005 foi melhor do que a de 2006. Temas com abordagem positiva relacionados à promoção da saúde / alimentação saudável foram melhor trabalhados pelos professores do que temas com abordagem negativa relacionados a doenças crônicas não transmissíveis.

A apreensão dos conteúdos das cartilhas foi permeada pela cultura de cada região. No Sul, há uma coerência do conteúdo das redações com a informação técnica. No Norte e em alguns outros locais de outras regiões como, por exemplo, interior de Minas Gerais, prevalece a coerência do conteúdo das redações com o comportamento descrito no texto, deixando transparecer a vivência do que é relatado. É importante considerar que, quando a criança escreve informações tecnicamente corretas, isso não significa que ela se alimente melhor. Redações que narram o cotidiano, provavelmente são mais fidedignas em resgatar o que realmente acontece no domicílio.

As redações evidenciaram que a grande maioria das crianças identificou os alimentos que consumiu no dia anterior (81,25%). As redações do Nordeste apresentaram um percentual menor nesta categoria (63,95%). De forma geral, as crianças tendem a avaliar as refeições como boas (76,52%) independentemente de serem completas (50,47%) ou incompletas (28,81%). Esta contradição não pode ser interpretada simplesmente como falta de conhecimento, pois a criança valoriza social e afetivamente a alimentação disponível e tradicional de sua família e grupo social. Conclui-se que um mesmo conteúdo é apreendido e interpretado de formas diferentes, em locais diferentes.

A informação sobre os malefícios das gorduras constituiu um fator de confundimento: gordura = malefício; carne = gordura, portanto carne = malefício? Essa dúvida foi manifestada em muitas redações de várias regiões, mas principalmente do Sul.

Para concluir essa etapa recorreremos a uma aluna de Boa Vista-RR que contribuiu com esses versinhos em agradecimento à realização do programa:

*“Eu troco as letras,
não falo bem,
mas minha saúde,
não troco por ninguém.”*

4. Principais recomendações

Há necessidade de um tempo de inércia, superior a um ano, para medir mais adequadamente todos os resultados do programa. É preciso contar, após a primeira experiência, com um tempo de maturação para os envolvidos incorporarem esses novos desafios e aprenderem a trabalhar com novos temas e enfoques.

A análise dos resultados sugeriu que características próprias de cada Região demandam adequações do programa em vários aspectos. Os personagens infantis selecionados para as cartilhas, apesar de serem considerados como autenticamente brasileiros, devem ser cuidadosamente adaptados para as várias regiões do país. Os alimentos selecionados para ilustrar o efeito benéfico das frutas e verduras, também deverão ser adaptados, levando em conta o fato de que alguns são desconhecidos ou inacessíveis em algumas regiões.

O envio de recursos para o ensino deve ser sempre enviado tempestivamente anterior ao início do ano letivo, encaminhado acompanhado de uma carta destinada aos gestores, explicando a finalidade do material, para facilitar o planejamento das atividades nas unidades escolares.

Deveria haver um sistema de retro-informação relativo ao recebimento do material pelas unidades escolares. O MDS teria assim um registro do recebimento e a escola um compromisso de utilização.

Os professores podem realizar atividades educativas de promoção da saúde. As atividades de prevenção de doenças envolvem aspectos mais complexos e a atuação deles poderá ser negativamente influenciada por vivências pessoais. (Exemplo: ensinar que açúcar “dá” diabetes e que diabetes é uma doença que “mata”).

O planejamento estratégico regional poderia ser uma alternativa para viabilizar a continuidade do trabalho, unindo capacitação de coordenadores pedagógicos e professores para promoção da alimentação saudável, e colaboração na produção de materiais.

Ficha técnica

Execução da pesquisa

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Coordenador Geral :

Jaime Amaya Farfán – Coordenador

Pesquisadores

Jaime Amaya Farfán – Coordenador, Maria Cristina Faber Boog – Vice-coordenadora, Denise Giacomo da Motta, Maria da Conceição Pereira da Fonseca, Marina Vieira da Silva, Miriam Corrêa de Carvalho, Rosana Maria Nogueira

Apoio Técnico:

Ana Carolina Franco, Ana Paula Fioreti, Viviane Costa Silva Zafanni

Unidades Responsáveis

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Rômulo Paes de Sousa

Diretora de Avaliação e Monitoramento

Jeni Vaitsman

Coordenadora-Geral de Avaliação e Monitoramento de Demanda

Leonor Pacheco dos Santos

Equipe de acompanhamento da pesquisa

Bianca Martins Bastos

Dionara Borges Andreani Barbosa

Colaboradores

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Onaur Ruano

Diretor do Departamento de Promoção de Sistemas Descentralizados

Crispim Moreira

Revisão do Sumário Executivo

Rovane Battaglin Schwengber

Alexandro Rodrigues Pinto

Diagramação

Tarcísio Silva

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 323

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1529

www.mds.gov.br/sagi